

FUNDAÇÃO MANOEL DA SILVA ALMEIDA

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **FUNDAÇÃO MANOEL DA SILVA ALMEIDA (HOSPITAL MARIA LUCINDA)** é uma sociedade civil, filantrópica, sem fins lucrativos, com duração indeterminada, de caráter beneficente, de assistência social à criança, o adolescente, ao adulto e ao idoso, com atividade preponderante na área da Saúde. Fundada em 09/06/1929, é declarada utilidade Pública Federal pelo Decreto nº 63.446 de 18/10/68, utilidade Pública Estadual pelo Decreto nº 787 de 07/01/1963 e Municipal pela Lei 15.309 de 05/12/1990.

Segundo o estatuto social da Fundação Manoel da Silva Almeida os conselhos, curador, conselho diretor e conselho fiscal não serão remunerados. O resultado anual, se superavitário, será aplicado na manutenção e desenvolvimento de suas finalidades sociais, não poderá, em qualquer hipótese, ser distribuído nem destinado para qualquer fim estranho ou diferente daquele que objetiva.

Relacionamos a seguir a descrição de cada unidade (Contratos de Gestão):

Unidade	Local	Contrato de Gestão
Upa Caxangá	Recife – PE	003/2010 DGAJ/SES
Upa Nova Descoberta	Recife – PE	002/2011 DGAJ/SES
Hospital Regional de Palmares	Palmares – PE	003/2011 DGAJ/SES
Hospital Ermírio Coutinho	Nazaré da Mata – PE	005/2011 DGAJ/SES

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

Na elaboração das demonstrações financeiras de 2015, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei No. 11.941/09 que alteraram artigos da Lei No. 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução No. 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução No. 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC Nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

2.2. Base de preparação

Moeda Funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o decimal mais próximo.

Uso de Estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas com a Lei 12.101 de 27/11/2009 e a Resolução do CFC nº 1409/2012, que aprovou a ITG 2002, referente às Entidades sem finalidade de lucros. A seguir são descritos sumário destas práticas:

- a) Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes a caixa incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudanças de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".
- b) Estoques - Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se a material médico, medicamentos, material de laboratório, material odontológico, filmes, gênero alimentício, produtos de limpeza, produtos de lavanderia, material de manutenção, impressos e material de escritório.
- c) Créditos a Receber - Os Créditos a receber de convênios são registrados pelo valor justo da contraprestação a ser recebida.
- d) Imobilizado - Está demonstrado ao custo de aquisição e/ou construção. As depreciações são calculadas pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na Nota Explicativa nº 7, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.
- e) Fornecedores - São, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até as datas dos balanços.

- f) Empréstimos e financiamentos – Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, incluindo os custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços, conforme demonstrado na Nota 9.
- g) Receitas e despesas – O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As receitas dos convênios e transferências estão sendo apresentadas pelo seu valor efetivamente arrecadado. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.
- h) Demonstração dos fluxos de caixa - As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.
- i) Demais Ativos - estão apresentados ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias auferidas.
- j) Demais Passivos - Os demais passivos estão apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.
- k) Patrimônio Social - É demonstrado pelos valores históricos, acrescidos das movimentações ocorridas no exercício.
- l) Superávit ou Déficitapurado pelo regime de competência do exercício;
- m) Instrumentos Financeiros - A Fundação participa em operações com diversos instrumentos financeiros, destacando-se dentre os mesmos, o banco e aplicações financeiras, contas a receber, outros recebíveis, assim como valores a pagar e outras dívidas, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações, suprir as necessidades eventuais de caixa e manter seu endividamento em níveis compatíveis.
- n) Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores há doze meses.
- o) Tributação – A Fundação é imune de Impostos e de Contribuições para a Seguridade Social por força do artigo 150, inciso VI, alínea “c” e do § 7º do art. 195, da Constituição Federal, sendo reconhecida como de utilidade pública no âmbito federal e estadual. Ademais, cumpre integralmente todos os requisitos previstos no Código Tributário Nacional para gozo da imunidade tributária.
- p) Contratos de Gestão: São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar e executar ações e serviços de saúde. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade

presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades.

A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC N° 1.305/10 na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	2015	2014
Fundo Fixo	16.200	16.200
Caixa Central	450	450
Banco Conta Movimento	424.940	650.366
Aplicações Financeiras	2.563.993	2.212.910
TOTAIS	3.005.583	2.879.926

As aplicações financeiras são representadas por valores em Certificados de Depósito Bancário – CDB-DI, e são remuneradas com rendimentos pós-fixados atrelados a 100% do valor da variação do CDI, podendo ser resgatados de acordo com as necessidades da Fundação.

5. CRÉDITOS A RECEBER

	2015	2014
Créditos de Convênios	794.001	385.085
Créditos de Pacientes SUS	2.583.117	1.247.154
Créditos com hemodiálise	688.120	447.131
Créditos com pacientes UTI	1.718.561	1.476.287
Créditos com Secretaria, de Saúde UPA CX (*)	3.557.251	3.182.626
Créditos com Secretaria de Saúde UPA ND (*)	756.582	748.296
Créditos com Secretaria de Saúde Hospital Palmares (*)	8.870.159	9.512.352
Créditos com Secretaria de Saúde Hospital Nazaré (*)	1.816.189	899.783
Outras	2.139.944	1.992.288
TOTAIS	22.923.924	19.891.002

(*)Durante o exercício de 2015 o total de gastos realizados em benefício do Hospital Regional de Palmares, do Hospital Ermírio Coutinho, da UPA Caxangá e da UPA Nova Descoberta, excederam em R\$ 8.870.159, R\$ 1.816.189, R\$ 3.557.251 e R\$ 756.582, respectivamente, do total orçado e repassado pela Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco, através do contrato de gestão firmado com a Fundação Manoel da Silva Almeida.

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2015	2014
ISS a Recuperar	30.044	3.073
IRRF a Recuperar	554.678	554.678
INSS a Recuperar	135.680	67.784
PIS/Cofins/CSLL a Recuperar	29.337	26.828
PIS a Recuperar	6.061	2.515
FGTS a Recuperar	9.712	9.712
TOTAIS	765.512	661.590

7. ESTOQUES

	2015	2014
Drogas e Medicamentos	480.971	1.125.249
Materiais de uso do paciente	492.384	1.217.031
Gêneros Alimentícios	117.781	190.861
Produtos de Lavanderia	45.702	21.904
Produtos de Limpeza	25.247	48.927
Materiais de manutenção	44.952	44.257
Impressos e materiais didáticos	129.221	150.491
Materiais de laboratórios	70	220
Empréstimos Materiais Hospitalares	307.838	266.296
Materiais de Natureza Permanente	100.709	178.789
Combustíveis	20.953	13.158
Oxigênio	168.024	152.142
Ortese e Prótese	184	0
Doação Mercadorias Apreendidas RFB	490.896	0
TOTAIS	2.424.932	3.409.325

Os bens existentes nos estoques foram inventariados e são avaliados pelo preço médio.

8. REALIZAVEL

	2015	2014
Deposito Judicial	24.241	23.853
Outras Contas A Receber - HIML	20.774	19.929
Outras Contas A Receber - HEC	128.847	68.847
Outras Contas A Receber - HRP	93.547	93.547
Outras Contas A Receber - UPA ND	1.601.737	0
TOTAIS	1.869.146	206.176

9. IMOBILIZADO

Está demonstrado pelo valor de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear, segundo taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica estimada dos bens.

Contas	2015			2014
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Edificações	9.277.789	371.112	8.906.677	9.277.789
Benfeitorias	17.028	681	16.347	0
Terrenos	38.564.893	0	38.564.893	38.564.893
Aparelhos de medicina e cirurgia	4.091.845	1.115.937	2.975.908	3.382.494
Instrumentos de medicina e cirurgia	969.861	278.892	690.969	780.913
Equipamentos de proc. de dados	176.808	68.770	108.038	133.683
Móveis e utensílios	1.168.728	228.280	940.448	1.023.882
Veículos	379.316	102.777	276.539	191.402
Equipamentos de fisioterapia	17.198	5.169	12.029	13.749
Equipamentos de comunicação	2.660	132	2.528	0
Máquinas e equipamentos	2.135.198	613.715	1.521.483	2.136.147
Totais	56.801.324	2.785.465	54.015.859	55.504.952
Imobilizado em Andamento	1.297.710	0	1.297.710	0
Total Imobilizado	58.801.324	2.785.465	55.313.569	55.504.952

10. FORNECEDORES

	2015	2014
Fornecedores de materiais e medicamentos	7.427.733	5.743.762
Fornecedores de serviços médicos -PJ	1.003.251	392.463
Fornecedores de serviços diversos	3.744.132	2.255.776
Fornecedores de serviços médicos-PF	812.467	739.326
TOTAIS	12.987.583	9.131.327

Representa as obrigações com fornecedores pela contratação de serviços médicos, e aquisição de materiais médicos, hospitalares e medicamentos.

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	2015		2014	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Caixa Econômica Federal	3.900.402	15.438.039	1.818.116	21.472.335
Grandes Armazéns do Recife	2.200.000	0	0	0
Outros	1.403.797	0	1.195.438	0
Encargos Financeiros a Vencer	-1.732.231	-6.793.314	-783.344	-9.544.611
TOTAIS	5.771.968	8.644.725	2.230.210	11.927.724

A Fundação em 2015 obteve um empréstimo junto a empresa Grandes Armazéns do Recife para quitação de algumas despesas.

12. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2015	2014
Ordenados a Pagar	5.173.427	5.214.783
Rescisões a Pagar	204.224	25.614
Seguro de vida a Pagar	2.066	2.065
Pensão Alimentícia a Pagar	4.255	4.322
Plano de Saúde- Ideal	1.123	1.123
Férias a Pagar	101.698	2.879
Plano de Saúde- Hapvida	9.054	10.164
TOTAIS	5.495.847	5.260.950

Correspondem às obrigações trabalhistas, originados, em sua maioria, a valores de Ordenados a Pagar aos funcionários lotados na UPA Caxangá, UPA Nova Descoberta, Hospital de Palmares e Hospital de Nazaré da Mata, os quais foram contratados em decorrência do contrato de gestão firmado com a Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco.

13. PROVISÕES

	2015	2014
Provisões de Férias	7.416.082	8.037.877
Provisões p/ Encargos Sociais	329.819	508.808
TOTAIS	7.745.901	8.546.685

14. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	2015	2014
FGTS a Recolher	611.327	560.236
FGTS a Recolher (Parcelamento)	2.617.326	2.922.307
FGTS Passivo	91.070	86.858
INSS a Recolher	1.229.968	1.157.190
PIS a Recolher	107.151	148.055
PIS Parcelamento	26.859	16.288
Contrib. Sind. Assist. a Pagar	308.708	315.806
INSS Parcelamento	166.644	166.644
Juros e Multa sobre encargos (Parcelamento)	46.316	69.796
TOTAIS	5.205.369	5.443.180

No exercício de 2013 a Fundação assinou junto à Caixa Econômica Federal um Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento do FGTS no montante de R\$ 4.571.165,36, referentes às competências de 02/2012 a 02/2013.

15. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	2015	2014
ISS na Fonte a Recolher	438.620	357.729
IRRF a Recolher	1.917.123	2.591.720
PIS/COFINS/CSLL a Recolher	157.826	130.177
Juros a Pagar	13.382	21.729
Multas a pagar	35.456	114.977
Parcelamento de Impostos	190.132	227.212
TOTAIS	2.752.539	3.443.544

O saldo do IRRF a recolher apresentado em 31.12.2015 se refere ao imposto retido sobre os salários de funcionários e sobre serviços prestados de terceiros.

16. OUTRAS CONTAS A PAGAR

CURTO PRAZO	2015	2014
Água a Pagar	768.354	597.349
Energia Elétrica a Pagar	1.481.111	486.256
Telefone a Pagar	26.014	28.556
Empréstimo Material Hospitalar	609.433	546.569
Trat. Odontológico - Funcionários	42.247	55.601
Aluguéis a Pagar	12.921	35.900
Adiantamento de Clientes	9.610	34.789
Empréstimo Consignado Caixa Econômica	238.857	281.530
Cheque Devolvido	367.190	3.950
Nefromais (Reforma)	284.825	0
Valores a Classificar	59.369	61.867
TOTAIS	3.899.931	2.132.367

LONGO PRAZO	2015	2014
Outras Contas a Pagar - HIML	1.823.934	162.197
Outras Contas a Pagar - HEC	9.551	7.470
Outras Contas a Pagar - HRP	7.793	11.778
Outras Contas a Pagar - UPA ND	68.898	0
Nefromais (Reforma)	674.627	0
	2.584.803	181.445

17. ASPECTOS FISCAIS

A Fundação dispõe de certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de saúde concedida às pessoas jurídicas, de direito privado, sem fins lucrativos através da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009. Tal certificação concede a entidade e a isenção do pagamento de contribuições para seguridade social tratadas nos artigos 22 e 23 da lei nº 8.212 de 24 de junho de 1991, no que se refere à parte patronal. No exercício de 2015 a Entidade foi

beneficiada com isenção do pagamento da contribuição do INSS Patronal no montante de R\$24.101.455.

A Fundação possui também isenção tributária do imposto de renda e contribuição social, conforme disposto no art. 12 da Lei 9.532/97.

18. CONTINGENCIAS JUDICIAIS

O pronunciamento CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – estabelece que sejam aplicados critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriada a provisões e a passivos e ativos contingentes e que seja divulgada informação suficiente nas notas explicativas para permitir que os usuários entendam a sua natureza, oportunidade e valor. Portanto, seguindo as diretrizes desse pronunciamento, a Fundação, através de seu corpo jurídico, estabelece estimativas em relação aos desfechos dos processos civis e trabalhistas, classificando-os como prováveis possíveis e remotos. As estimativas prováveis devem ser reconhecidas como passivos. As possíveis não são registradas, mas devem ser evidenciadas em notas explicativas. Portanto, o montante total de estimativas consideradas POSSÍVEIS em relação aos processos civis foi de R\$ 3.540.266,10 em relação aos processos trabalhistas, as possíveis montam de R\$ 4.411.796,64.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	2015	2014
Patrimônio Social	24.021	24.021
Ajustes de Exercícios Anteriores	-141.614	38.765
Ajustes de Valor Patrimonial	49.729.754	49.729.754
Déficit acumulados de Exercícios Anteriores	-17.568.327	-10.716.045
Déficit do Período	-2.665.986	-6.891.047
TOTAIS	29.377.848	32.185.448

Patrimônio Social

O Patrimônio Social da entidade está formado pelos valores investidos inicialmente, conforme Escritura de constituição lavrada no 1º Ofício de Notas da Comarca do Recife, em 14 de março de 1946, pela reforma realizada por instrumento particular consoante deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de 04 de agosto de 2001.

Ajuste de Exercícios Anteriores

Foram escriturados no Patrimônio Líquido, conta Ajustes de Exercícios Anteriores os saldos decorrentes de efeitos provocados por erro imputável a exercício anterior referente a provisão indevida na conta de fornecedores.

Ajuste de valor patrimonial

Os imóveis da entidade em vista da defasagem dos registros na contabilidade frente ao crescimento imobiliário da região, entendeu-se como necessário a avaliação.

Foi reconhecido os efeitos do custo atribuído, no exercício de 2014, com base em relatório de avaliação elaborado em conformidade com o ICPC 10 relacionado ao imobilizado, em atendimento ao CPC 27.

Esse trabalho foi realizado por profissional habilitado, engenheiro, e foram aplicados procedimentos com base em dados coletados no mercado, em estudos técnicos, além de informações fornecidas por representantes da Fundação.

Déficit Acumulado e Déficit do Período

A Fundação vem acumulando déficits que refletem negativamente no seu patrimônio social, porém em 2015 foi posto em prática um planejamento estratégico elaborado pela diretoria, enfatizando o aumento da receita e principalmente a diminuição de custos sem afetar a prestação do serviço, o que resultou em uma diminuição do valor do déficit no ano na ordem de R\$ 4.225.061

20. RECEITA LÍQUIDA

	2015	2014
Receita com Pacientes Particulares	1.680.878	1.443.091
Receitas de Convênios	511.384	590.422
Receita com Paciente SUS	25.712.571	21.394.143
Receita com Hemodiálise	2.948.814	2.177.164
Receitas com UTI	8.819.371	13.942.212
Receitas com UPA(a)	35.780.072	30.024.499
Receitas Hospital Palmares(a)	43.840.968	48.020.744
Receitas Hospital Nazaré(a)	18.509.073	17.765.295
Residência Médica	588.000	0
Voluntário SAHIMA(b)	89.339	0
Doações	2.477.084	1.189.847
Subvenções	23.854	640.834
Glosas	-9.894	-5.061
TOTAL	140.971.514	137.183.190

(a) Contratos de Gestão.

A Entidade firmou durante o exercício de 2010 um contrato de parceria com a Unidade de Pronto Atendimento - UPA Caxangá e em 2011 com a UPA Nova Descoberta, os Hospitais Ermírio Coutinho e Regional de Palmares Dr. Silvio Magalhães, para a gestão, operacionalização e

execução das ações e serviços de saúde, por intermédio da Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco, vigentes ainda em 2015.

Os recebimentos e os gastos realizados com os recursos provenientes destes contratos não geram benefícios econômicos para a Fundação, tais valores apenas transitam pelo resultado em regime de compensação, sem gerar nenhum efeito superavitário ou deficitário, conforme Resolução CFC Nº 1.305/10, que trata do reconhecimento de Receita.

(b) Trabalho voluntário

Conforme Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pelas entidades.

21. CUSTOS HOSPITALARES

	2015	2014
Despesa com Pessoal Serviço Próprio	92.412.816	97.852.242
Despesa com Pessoal Serviço de Terceiros	5.979.868	4.015.276
Materiais Medicamentos e Similares	17.087.610	20.126.606
TOTAL	115.480.294	121.994.124

Em decorrência do planejamento estratégico elaborado pela diretoria, houve uma diminuição dos custos hospitalares de 5%, onde o maior decréscimo foi nos custos com pessoal, em torno de 6% comparado ao ano de 2014.

22. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2015	2014
Serviços Diversos Pessoa Jurídica	13.300.347	12.166.923
Serviços Diversos Pessoa Física	1.438.669	1.334.207
Alugueis	952.692	971.164
Energia	2.276.806	2.080.344
Água	325.505	530.031
Telefone	244.542	228.958
Depreciação	1.327.460	1.548.268
Outras Despesas	174.132	170.636
Gestão HIML	1.955.569	18.456
Gestão UPA ND	3.977.085	0
TOTAL	25.972.807	19.048.987

23. RECEITAS DIVERSAS

	2015	2014
Alugueis	563.361	200.576
Recuperação de Despesa	760.691	945.689
Estacionamento	199.424	199.276
Outras Receitas Diversas	109.203	1.120
TOTAL	1.632.679	1.346.661

24. CUMPRIMENTO DE METAS COM O SUS

Conforme determinação do artigo 20 do Decreto No. 8.242/14 e artigo 9º., item 1, "c", da Portaria do MS 1.970/11, a Entidade cumpriu as metas quantitativas e qualitativas de internação ou de atendimentos ambulatoriais estabelecidas no convênio e/ou contratualização, e estas foram atestadas pelo Gestor Local do SUS, no quadro abaixo demonstraremos os dados dos atendimentos:

Movimento de AIH - Arquivos Reduzidos - Pernambuco

mês	AIH SUS		
	Contratualização	Produção	Desempenho %
jan/15	698	461	66%
fev/15	698	481	69%
mar/15	698	570	82%
abr/15	698	609	87%
mai/15	698	511	73%
jun/15	698	495	71%
jul/15	698	424	61%
ago/15	698	485	69%
set/15	698	543	78%
out/15	698	531	76%
nov/15	698	528	76%
dez/15	698	424	61%
Total	8376	6062	72%
Média	698	505	72%

Produção Ambulatorial_de Procedimentos da Tabela Unificada

mês	AMB SUS		
	Contratualização	Produção	Desempenho %
jan/15	36.869	27.744	75%
fev/15	36.869	23.396	63%
mar/15	36.869	31.372	85%
abr/15	36.869	27.117	74%
mai/15	36.869	25.975	70%
jun/15	36.869	21.329	58%
jul/15	36.869	24.402	66%
ago/15	36.869	27.825	75%
set/15	36.869	26.817	73%
out/15	36.869	27.300	74%
nov/15	36.869	26.865	73%
dez/15	36.869	22.685	62%
Total	442.428	312.827	71%
Média	36.869	26.069	71%

Recife, 31 de dezembro de 2015.